

Parte 2 - Vertentes diferenciadas do comportamento judaico brasileiro

1º capítulo - Identidade e etnicidade

A América e a reconstrução da identidade judaica

Pedro P. Geiger

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GEIGER, PP. A América e a reconstrução da identidade judaica. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 401-418. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A América e a reconstrução da identidade judaica

*Pedro P. Geiger*¹

Pertence ao conhecimento comum, a ideia de que a natureza dos sentimentos de identidade judaica varia muito, entre as pessoas que se consideram membros da Judeidade, assim como variou muito no transcorrer da longa história do povo judeu.

O presente trabalho, na forma de ensaio, pretende focalizar o papel do descobrimento da América, seu povoamento e desenvolvimento, na evolução dos sentimentos de identidade judaica. Não apenas nas populações localizadas propriamente nas Américas, mas no Mundo inteiro, tendo em vista a influência histórica da experiência americana para o quadro mundial contemporâneo em geral.

O trabalho assume duas posturas básicas. Primeiro, comunga com a ideia dos “ciclos longos” exposta por Braudel (Braudel, 1972). Propõe-se que a paisagem social do mundo contemporâneo expressa, de forma dominante, a forte influência do desenvolvimento americano, com suas características próprias estabelecidas desde o descobrimento do novo continente. Segundo, se apoia na ideia das “semicausas” apresentada pelos Estoicos gregos e as quais se referiam a fenômenos de superfície. A proposição das “semicausas” se opunha à ideia de “causas”, que ocorreriam em fenômenos de profundidade dos corpos. A ideia, retomada por Gilles Deleuze (1998), é aplicada quando se propõe considerar a espacialidade da vida social como sendo um fenômeno de superfície e as contingências geográficas, como “semicausas” da vida social. Eventos na superfície terrestre, como a mobilidade horizontal humana, atuariam como “potenciais para a desconstrução e reconstrução de memórias, de sistemas organizados, de formas de comportamento” (Vidal e Souza, 1997).

No Brasil, por exemplo, o “nativismo”, expressão criada para descrever o desenvolvimento, na época colonial, de um sentimento de brasilidade, é associado, pela referida autora, a que o desenvolvimento deste

¹ Geógrafo / IBGE.

sentimento se difundia, particularmente, entre populações que se moviam e penetravam o interior das terras “virgens”, como a dos “bandeirantes”. No trabalho, o deslocamento de populações para novas estruturas socioespaciais, é apresentado como semicausa de processos de identidade.

1. O papel da América na história do mundo e da Judeidade

A análise da América na história mundial colocará, em evidência o fato de que as formas específicas das construções socioespaciais, realizadas no novo continente, criando-se formatos geográficos próprios, tiveram um papel específico para o seu desenvolvimento. Note-se, de passagem, que uma análise desta natureza serve ao entendimento da diferença existente entre Geografia Histórica e História Geográfica.

Trata-se de uma questão discutida por Chris Philo (Philo, 1994), para quem, enquanto a primeira trata da descrição de antigas paisagens e organizações espaciais, a segunda se concentra sobre o papel das contingências geográficas no desenvolvimento histórico. No presente trabalho, o interesse se volta para a segunda opção.

Assim, invoca-se o fato de, na América, diversos países assumirem dimensão continental, ou semicontinental, caso do Canadá, dos Estados Unidos, México, Brasil e Argentina. O fato dos Estados Unidos terem se tornado o primeiro modelo de uma “economia nacional capitalista avançada de dimensão continental” (Geiger, 1995); de possuírem duas longas costas oceânicas livres (de gelo); de terem ficado à margem dos campos de batalha das duas guerras mundiais, mas nas quais se envolveram vitoriosamente, seriam algumas situações geográficas decisivas para a sua posição hegemônica atual e influência mundial. Note-se que este padrão de enormes espaços unidos, em economia capitalista avançada, está sendo replicado, na atualidade, através da formação de mercados comuns de países.

Esta hegemonia econômica e militar assumida pela América do Norte, que incorpora o Canadá, e tenta integrar o México, é acompanhado pela difusão de valores sócio político, que serão tratados mais adiante, e que tem influenciado na situação contemporânea da Judeidade. Embora se esteja aludindo ao papel dos Estados Unidos em particular, contudo, uma série de características é comum às Américas, se bem com menor intensidade nos outros países, como a atração de levas de imigrantes para os amplos

espaços, os investimentos de capitais provenientes do exterior, a mobilidade horizontal e vertical, muito mais elevada do que na Europa.

Na Europa, regra geral, a nação precedeu ao estabelecimento do Estado. Ainda no presente se observam grupos étnicos lutando pelo estabelecimento de seus estados independentes. Nas Américas, o Estado vem antes. Uma vez proclamada a independência, inicia-se a construção nacional, englobando a população presente, independente de origem étnica, cultural ou de sangue. A naturalização dos imigrantes é admitida. Todas estas razões expostas, até agora, levaram à afirmação de que, “na América, a geografia substitui a história”.

Assim, na América, a Judeidade não apareceu, historicamente, como que formando uma camada nacional alienígena, que veio a cobrir nações dadas como pré-existentes. A não ser no caso de descendentes de ameríndios, no ato da formação nacional, todos os outros grupos étnicos são descendentes de colonos ou vieram de fora, encontrando-se em condições relativamente iguais neste particular. (Foi observada certa manifestação de vantagem, por parte de descendentes de correntes mais antigas da colonização, frente aos chegados através de correntes de migração mais recente, Hobsbawm, 2000).

Por outro lado, a proclamação da independência era feita, nos países da América, evocando valores universais desenvolvidos a partir do iluminismo europeu. Poucos anos separam a Revolução Americana da Revolução Francesa, ambas tendo influenciado a independência dos outros países americanos, como no caso do Brasil. Com a diferença de que, na América, os princípios universais são formalmente proclamados no próprio ato da criação nacional, a Nação tendo início como uma instituição laica. Resulta que, na América, não se apresentou, propriamente, uma questão de “emancipação” para a Judeidade.

Veja-se, por exemplo, a diferença entre dois importantes eventos da história judaica, embora, na verdade, separados por longo período de tempo. Na França, Napoleão convocou uma assembleia de notáveis, judeus, para que lhe respondessem sobre a aptidão dos judeus serem bons cidadãos franceses, enquanto mantendo uma identidade judaica. Já na Conferência de Líderes Judeus Americanos, em Pittsburgh, 1889, a ênfase está no suporte à Revolução Americana, considerada como comprometida com os valores universais sustentados pelo Judaísmo. “Desejamos, fortemente, ver o

Judaísmo tendo um importante papel na vida espiritual da humanidade, tornando popular uma abordagem social do Judaísmo ... Na era moderna, de uma cultura universal do coração e do intelecto, a vinda da grande esperança messiânica de Israel, pelo estabelecimento do Reino da verdade, justiça e paz entre os homens”. (Sorj e Grin, 1993: 138). Assim, enquanto na França os judeus se viam às voltas com a sua situação na emergência de um forte Estado/Nação, mas dotado de um passado de tradições, no outro lado do Oceano abria-se, já, a perspectiva de “Um Mundo Só”.

Na América, no entanto, houve, também, uma questão de emancipação, a dos negros. Não se nega a existência de diversos preconceitos e a difusão de discriminações trazidas da Europa. Inclusive o antissemitismo. No entanto, as ideologias preconceituosas, na América, contradiziam o discurso da Revolução Americana, com os princípios formais das Constituições estabelecidos desde a origem dos Estados.

Enquanto na Europa a discriminação continha, historicamente, uma origem e caráter “nacional”, misturado com religião, na América prevalecia o sentido sociocultural. Esta diferença sutil faz uma grande diferença, pois aponta para o peso dado, num e noutro continente, para cada termo da expressão Estado/Nação. Nação teria um peso relativamente maior na Europa, do que na América. Assim, na Europa, a assimilação significava romper todas as ligações com a cultura anterior, adotar os valores históricos do passado, da nação de adesão. Note-se, por exemplo, a frequência com que, na Europa, judeus selavam a sua adesão às nações locais através da conversão religiosa, uma etapa para o reconhecimento da cidadania plena, não só pelo Estado, mas pela Nação. Na América, a assimilação expressa, mais, uma integração mais profunda na cultura secular do Estado, a aceitação dos valores inscritos em Constituições.

Por outro lado, a existência de uma camada segregada, estabelecida com a instituição da escravidão, no Brasil, como nos Estados Unidos, fez com que, regra geral, a população negra passasse a ocupar o nível inferior da estrutura social. Uma posição que, na Europa, estava reservada à Judeidade. Por todas estas razões, é que, apesar da permanência de formas discriminatórias, o cruzar o Oceano teve, em certa medida, para muitos judeus, significado próximo àquele sentido pelos Pilgrims, o de um Êxodo.

Através de sua própria história, os povos americanos se comprometeram, ideologicamente, com a descolonização. A independência

dos países americanos se mostrou favorável à expansão capitalista. No caso do Brasil, a Inglaterra, que 50 anos antes resistira à independência norte-americana, atuou a favor da separação do nosso país de Portugal, objetivando o crescimento do comércio, o seu e o mundial. Contudo, interesses particulares e políticos impediram que os países europeus promovessem um movimento geral de descolonização. Pelo contrário, certas potências lutaram duramente, ainda após a II Guerra, para manter as suas colônias. No entanto, assistiu-se a um processo geral de descolonização política, em escala mundial, com o pleno suporte da antiga União Soviética e dos Estados Unidos. Era uma etapa necessária para o movimento de “um sistema mundial de capitalismo nacional, para um capitalismo mundial organizado num sistema de nações”. (Scott, 1989).

A criação de Israel tem atrás de si uma longa história, mas a sua efetivação também pode ser inscrita no quadro geral da descolonização. Quando as Nações Unidas foram criadas, o número de seus membros se contava em meia centena. Na atualidade, são quase 200. Não se pode pensar a globalização sem passar pela descolonização política. Através dos Estados Unidos, principalmente, a América se tornou a principal base territorial para os movimentos contemporâneos como os da globalização, transnacionalismo, pluri e multiculturalismo, pós-modernismo, todos com forte influência na evolução da identidade judaica.

2. Territorialidade e memória judaica

Os “pais” da Judeidade eram chefes de clãs, criadores de gado, seminômades, dados como fundadores do monoteísmo. Os homens que se deslocavam de um lugar para o outro aprofundaram o olhar sobre o mundo, sobre o universal; Deus é criador do Mundo, é Universal. É interessante comparar o número de deuses, os “lares”, dos sedentários habitantes da “cidade antiga” (Coulanges, 2001), ao “Deus Único” dos hebreus em movimento. Deuses relacionados aos domicílios e famílias das aglomerações organizadas em polis. A proposição de um só Deus tem sido também associada ao aparecimento da forma de organização em império, que inclui diversas cidades, o caso de Akenaton, no Egito Antigo. Como se sabe, para Freud, o monoteísmo de Moisés seria uma produção da cultura egípcia. Nos antigos impérios, os deuses também passaram a ser organizados em hierarquias.

Os seminômades hebreus se ajustavam ao mundo das cidades e impérios em desenvolvimento, sem perder, totalmente, comportamentos e ideologias anteriores. Tornam-se israelitas com o 'pai' Jacob, Israel, que seguiu os seus filhos, para se estabelecer no Egito. Ao deixarem o Egito, invocam promessas divinas para reclamar territorialidade em Canaã. Contudo, aparecem divididos no deserto, quando alguns querem voltar ao Egito ou quando outros querem continuar errando no deserto, em vez de entrar em Canaã. A identificação de lugares sacros não tem a ver com uma territorialidade própria, pode ocorrer fora de Israel, o caso do Monte Sinai, e o ícone mais sagrado, a Arca da Aliança, é um objeto móvel. O estabelecimento do reinado, contra as recomendações do profeta Samuel, e a construção do Templo de Jerusalém, para imobilizar a Arca, são outros exemplos do ajustamento contínuo às forças do ambiente externo, um aprendizado que as populações judaicas passaram a seguir, enquanto mantinham compromissos com seu 'gênero de vida' historicamente estabelecido.

Esta dualidade foi observada, seguidamente, nas práticas espaciais da Judeidade. Pelo século V antes de Cristo, quando Ciro proporcionou a reconstrução do Templo, a maioria dos judeus permaneceu na Babilônia. Na época da difusão do Cristianismo, a maioria da Judeidade vivia espalhada pela bacia do Mediterrâneo e seu entorno. Periodicamente, durante as festas religiosas, judeus visitavam Jerusalém. Por outro lado, vivendo fora de Israel, sustentando comunicações entre diferentes lugares geográficos, os descendentes dos antigos seminômades, criadores de gado, em número crescente, iam se ocupar no comércio e no artesanato. Na literatura de língua inglesa, os judeus eram traders.

Portanto, desde a Antiguidade, a Judeidade vivia a territorialidade de uma forma dualista. De um lado, os territórios são parte de um Mundo que pertence a Deus, logo, abertos, livres, para qualquer pessoa; do outro lado, cada pedaço de território é dado por Deus para a posse de um determinado povo, que deve aceitar e tratar bem o estrangeiro. A preocupação com a sorte do estrangeiro aparece, repetidamente, no mandamento bíblico.

Para o geógrafo francês Jean Luc Piveteau, ela criou o seu próprio modelo centro/periferia, o centro localizado em Jerusalém, todo o Mundo em torno sendo a periferia (Piveteau, 1993). Segundo os profetas, com a chegada do Messias, Jerusalém manterá a sua singularidade, mas o Mundo todo será Centro, com o reconhecimento triunfal do Deus monoteísta, e a

territorialidade perderá sentido. (O que inspirou a ideologia da evangelização cristã do Mundo, a Igreja acima do poder leigo, territorializado. Por outro lado, a Cabala apresentou a sua teoria sobre a dispersão judaica como uma missão para alargar o espaço dominado pela presença divina entre os homens). É possível, pois, levantar a hipótese de que os sentimentos de exílio, entre os judeus, foram associados mais às dificuldades impostas para a manutenção das ligações com Jerusalém do que ao fato de morarem fora de Israel. Ou seja, um sentimento associado ao clima político do Mundo.

A observação da memória aparece como um comando bíblico da fé judaica. O que pode explicar o porquê da prática da memória ter se tornado tão insistente e profunda, na tradição judaica. A tradição da releitura frequente da Bíblia e do Talmude expressa o culto da memória. A releitura conduz a reinterpretar o que está escrito e, deste modo, a tradição judaica compreende uma constante reinterpretação e reconstrução de tudo. "Não existe resistência sem memória e sem universais", cita Godard, no seu filme "O Elogio do Amor". Sem dúvida, foi através do culto da memória e de princípios éticos universais que a Judeidade encontrou as forças não apenas para sobreviver, mas para encontrar novos caminhos de ajustamentos e renovações.

Por princípio, a memória trata do espaço/tempo. A "memória modela, ou sugere, um espaço próprio, singular, enquanto o espaço faz a memória operar, permanecer. A memória semiotiza o espaço, e o espaço estabiliza a memória. A síntese dos dois tempos, em movimento, interpenetrados, é o território... Para que o tempo (que pode ser o de um indivíduo, ou, de um ser coletivo) se expresse em si, necessita se tornar personificado em espaço. Torna-se um lugar ou um local simbólico, uma paisagem ou um território. O fato de cada lugar ter a sua própria história o torna um território de memória. O espaço é identificado como o lugar da memória, na medida em que assume o caráter de um lugar (um se espacial emergente), de um local simbólico (espaço transcendente), de uma paisagem (propriedade coletiva, fora do mercado), ou de um território (o todo, maior que as partes)"(Piveteau, 1995:113-123).

A memória judaica se encontra repleta de lugares e territórios cobrindo, na realidade, o Mundo inteiro, incluídos locais imaginários como o Jardim de Éden. Do Egito a Brooklin, da Mesopotâmia a Frankfurt, de Alexandria a Vilno, de Tashknet a Toledo, etc., etc., são países, regiões,

idades, bairros, partes da geografia histórica dos judeus. É no espaço que se farão as diferenças entre os sefarditas e os asquenazitas, entre o israelense e o judeu. E é no espaço, primeiro na América, depois em Israel, que estes ramos se reencontram.

Alguém pode querer arguir a respeito da contradição entre os votos universalistas da tradição judaica e a proposição de ‘povo eleito’. A ideia de povo eleito pode ser tomada em termos relativos, quando o paganismo prevalecia e os profetas proclamavam a utopia de um futuro de equidade para todos os povos, cabendo ao povo eleito o papel de arauto. O Cristianismo herdou a utopia do povo universal, mas foi conduzido, no passado, a tentá-lo pela força. Na época presente, o lema da ‘unidade na diversidade’, que vem se desenvolvendo como a nova utopia, expressa, de certo modo, a convergência com o modo tradicional judaico de se ver e ver o Mundo.

3. Os judeus na América

Uma série de aspectos mencionada na seção 1 ajuda a entender a maior facilidade da assimilação na América, em comparação ao ambiente europeu.

Na Europa, apesar de expulsões que ocorreram em diversos países, criaram-se, ao longo da história, regiões com alta densidade de população judaica, estabelecida por séculos. Na América, com os seus largos espaços, levou tempos para que se formassem áreas de elevada densidade de presença judaica. Canadá, Estados Unidos e Brasil, cada um destes países é maior que a Europa, incluída a Rússia até os Montes Urais. Os largos espaços se encontravam abertos à colonização e migrações internas, para a dispersão, e, nos primeiros séculos, não se observaram áreas de densidade muitas elevadas, de população judaica. Em 1800, a população judaica em toda a América ainda era de apenas cerca de 18.000, dos quais 10.000 na América do Norte, 5.000 na Argentina, 2.000 no Brasil e 1.000 em Curaçao. A diluição favorecia a assimilação. Não tivesse havido um contínuo movimento migratório da Europa para a América, é possível que algumas comunidades étnicas teriam desaparecido. O fluxo, proveniente dos mesmos locais europeus, restabelecia a presença de comunidades lá onde tendiam a desaparecer.

A migração da Europa para as Américas se intensificou, de modo geral, a partir dos meados do século XIX. Então começaram a se formar

regiões e cidades com concentração de população judaica. Nessa época, as correntes migratórias de judeus para as Américas representavam, em sua maioria, a transferência de populações de regiões rurais, agrícolas, para regiões em urbanização e industrialização. Nessas áreas, como Nova Iorque, Filadélfia, Pittsburgh, Chicago, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, iniciava-se a sucessão local de gerações, mantendo a identidade judaica.

Uma diferença da condição geográfica pode ser observada entre a América e a Europa. Na Europa, as grandes cidades, como Frankfurt nos séculos XVIII e XIX, se constituíam nos ambientes mais favoráveis para a assimilação, locais de Reforma e de conversões de setores da elite intelectual judaica. A vida tradicional judaica era mais bem preservada nas regiões menos desenvolvidas, nas pequenas vilas dos “*stetels*”. Na América, a situação é inversa, É verdade que a assimilação foi elevada e cresce nas grandes cidades, mas foi sempre maior nas áreas rurais e nas pequenas localidades, até o desaparecimento de pequeninas comunidades. Há casos de migração de famílias de pequenas para grandes cidades, para escapar à assimilação. A existência de instituições comunitárias nas grandes cidades ajuda a sobrevivência. O geógrafo americano Ira Sheskin vem analisando a questão da distribuição regional e por tamanho de cidades da população judaica nos Estados Unidos. (Sheskin, 2001) No Brasil, José Sacchetta Ramos Mendes (Mendes, 2002) e outros estão fazendo trabalhos na mesma direção.

Diferença entre as culturas e formas de organização das comunidades dos diversos países da América expressam as diferenças gerais, culturais e políticas, dos respectivos países. É dito que nos Estados Unidos “a instância específica religiosa é parte integrante da vida social, enquanto que na América Latina a secularização dos costumes ... é mais semelhante ao ambiente contemporâneo europeu” (Cesari, 2001). Este quadro estaria reproduzido no papel maior que a sinagoga tem na vida social judaica na América do Norte, quando comparado com o Brasil, por exemplo. Lá a sinagoga seria, com maior frequência, a base para a localização de outras atividades institucionais para a vizinhança, como para ensinar hebraico, promover recreação, etc. A diferença pode também ser observada no grau de centralização ou descentralização na organização das instituições. A vida política brasileira e sua estrutura institucional são, tradicionalmente, altamente centralizadas e hierarquizadas, enquanto os Estados Unidos guardam a tradição da profunda descentralização e forte autonomia dos

poderes estadual e local. Do mesmo modo, as comunidades judaicas no Brasil apresentam a tendência a se organizar de forma hierarquizada e centralizada, representando cidades, estados e o país, aparentemente, mais do que nos Estados Unidos. Organizam-se clubes recreacionais com papel representativo para a cidade ou para certas correntes ideológicas presentes entre os judeus da cidade. É o caso da Hebraica, no Rio e em São Paulo, e da Associação Sholem Aleichem, A.S.A., no Rio de Janeiro.

4. Exílio, êxodo, diáspora

Rigorosamente, o termo exílio é aplicado no caso de expulsão forçada. O termo passou a ser associado, também, a um estado de alma de pessoa deslocada de um lugar, mesmo quando de forma voluntária. O paradigma do exílio compreende motivações como perseguições, guerras. Por outro lado, o paradigma do êxodo é associado a desejos de renovação e estabelecimento de nova ordem legal. Enquanto exílio pode se aplicar a uma só pessoa, o êxodo se refere ao movimento de um conjunto de pessoas. No paradigma do exílio, no qual se descrevem resistências, o romance é construído; no paradigma do êxodo, no qual figuram conquistadores, vencedores, constrói-se o épico. (Ezrahi, 2000: 27-30).

No início da colonização da América, com a Europa menos desenvolvida culturalmente e socialmente, presa de intolerâncias, a procura do novo continente adquiriu um sentido de êxodo para diversas correntes de migrantes, como para os Puritanos.

Por 1600, a população judaica no Mundo era de cerca de 1.000.000, 45,6% na Europa, 41,45% na Ásia, a maioria destes, no Oriente Médio, o Irã compreendido. Com o andamento do Iluminismo, em 1800, a população mundial judaica se elevava para 2.500.000; agora, com 76,8% na Europa, ou 1.919.000. Destes, viviam na Rússia 800.000; na Áustria, 470.000; na Alemanha, 1.750.000, três quartos da Judeidade europeia. Nessa época, a Ásia figurava com apenas 14%; a África, com 7,6%, e os 18.000 na América representavam apenas 7%. Nesse quadro, com certa melhoria da condição de vida de comunidades judaicas na Europa, partir de áreas de comunidades estabelecidas para a América podia misturar sentimentos de exílio e de êxodo.

“Estamos todos no exílio”, diria o escritor Jorge Luís Borges, referindo-se à nostalgia em relação ao ambiente cultural europeu, mas,

também, como uma reflexão filosófica a respeito do significado de viajar pelo espaço e pelo tempo.

O fato é que, com o engrossamento das correntes migratórias para a América, a partir dos meados do século XIX, mover-se para o novo continente adquiriu diversos ou múltiplos significados, segundo diferentes setores da população judaica. Para alguns, era o exílio de um exílio, ganhando, portanto, sinal positivo, o do êxodo. Poderia representar a missão cabalística de estender a periferia em torno de Jerusalém. A citada autora Ezrahi menciona a visão da América, de Cynthia Ozick, como a de uma nova Yavne. Por outro lado, a partir do século XIX, ampliavam-se as práticas políticas entre os judeus europeus, de modo que muitos migrantes judeus, tanto como os gentios, traziam da Europa suas convicções ideológicas, como as sionistas e as socialistas, e continuaram a desenvolvê-las nas novas terras.

Para muita gente, cruzar o Oceano tinha a intenção de “fazer a América” juntar uma boa poupança e retornar. Porém, se era possível ganhar dinheiro, porque voltar? E se não havia sucesso, onde arranjar os fundos para voltar? O fato é que, para a maioria esmagadora dos migrantes, a “velha” Europa ia se tornando um “novo” lugar de memória. As fantasias e a literatura em torno do stétel passaram a ser produzidos na América.

A atmosfera móvel, americana, passou a envolver os diferentes setores judaicos que iam se instalando no novo continente. A elevada mobilidade horizontal e vertical, isto é, a ascensão de classe, uma característica americana, passou a imprimir mudanças na estrutura social e geográfica da população judaica das Américas num ritmo não conhecido na Europa. Neste processo, as comunidades judaicas passam a ser parte de um mosaico de diversos grupos étnicos que integram as cidades americanas, paisagem mais frequente na América do Norte.

Diáspora significa a divisão de um grupo étnico entre diversos países, vivendo, simultaneamente, a cultura e identidade do país de presença e guardando, de forma mais ou menos intensa, heranças culturais prévias, de forma organizada. A falta de formas organizadas acelera a assimilação, daí o papel da instituição religiosa na preservação da Judeidade. A diáspora judaica se caracteriza pela difusão por, praticamente, todos os países do Mundo. Isto ocorre com religiões, e alguns querem ver a Judeidade como uma expressão religiosa. A questão é que é uma religião de natureza

“nacional” em sua origem, na qual os seguidores assumem ser (realmente ou virtualmente, uma vez que se deram conversões, inclusive de povos inteiros, como no caso dos kazars) descendentes dos mesmos “pais e mães”.

Na América, longe das origens geográficas, num mosaico de comunidades de diferentes origens étnicas, desenvolveram-se forças da assimilação cultural e forças de resistência, em cada comunidade. Todos querendo, ou tendendo a, se tornar americanos, aprender a falar o inglês, o espanhol ou o português. A primeira geração nascida na América é ainda, mais ou menos, influenciada pela identidade paterna, mas se integra mais ou menos profundamente nas sociedades locais. No caso dos judeus, começa a esquecer a língua iídiche. Essa geração faz o reconhecimento do espaço americano como espaço de ascensão social, uma vez que os seus membros foram enviados para obter educação universitária, pelos seus genitores imigrantes. Muitas vezes, o filho mais velho ajudava os pais na manutenção dos irmãos menores nas escolas. A segunda geração assume a identidade mais completa do país de nascimento. Com a mesma, se inicia a multiplicação dos casamentos mistos. E se abrem os caminhos da assimilação total. Contudo, um contra movimento está se desenvolvendo, que se manifesta no retorno de setores jovens a práticas religiosas fortes.

5. Mudanças contemporâneas num mundo de diásporas

Desde a Segunda Grande Guerra, mudanças históricas importantes vêm transformando o Mundo e afetando a vida e a identidade judaica. Como foi dito anteriormente, o desenvolvimento do continente americano, particularmente o dos Estados Unidos, constituiu o eixo central desta evolução.

Algumas destas mudanças não trazem a influência direta americana. A mais trágica, o Holocausto. No entanto, elas influíram na vida americana. A América abriga, na atualidade, a maioria da população judaica mundial, embora Israel esteja se encaminhando para ocupar este primeiro lugar.

Um número de judeus de áreas mais desenvolvidas, como Alemanha e Bélgica, conseguiu deixar a Europa antes do início da guerra, alterando a composição social das comunidades de certas cidades. O estabelecimento de uma comunidade judaica de origem alemã no Rio de Janeiro, traça um capítulo importante na história da cidade, trazendo novos estilos de desenvolvimento cultural. O nazismo teve o papel de restabelecer fortes

resistências em núcleos de sobreviventes e de seus descendentes, como este, contra a assimilação total. Note-se que na atualidade a A.R.I., fundada por este grupo no Rio de Janeiro, passou a integrar pessoas de outras origens europeias, voltadas igualmente para a preservação da identidade judaica e práticas religiosas não ortodoxas.

Porém, após a Guerra, praticamente cessou o fluxo de migrantes da Europa Central e Oriental, que restabelecia os padrões tradicionais, substituindo as camadas erodidas pela assimilação. Na atualidade, se observa migração, não em números elevados como no passado, de judeus da antiga União Soviética, depois da queda do regime stalinista, e de Israel.

Por outro lado, o Holocausto atingiu forte a alma judaica, mesmo daqueles que se encontravam no limite de uma identidade judaica, tendo influído na manutenção de ligações e no suporte a Israel, diminuindo a profundidade da assimilação.

Outros eventos tiveram a sua origem fora da América, mas receberam um suporte decisivo, para a sua realização, dos Estados Unidos. Já foi mencionada a descolonização política contemporânea, sem a qual a globalização não poderia se realizar. Episódio emblemático foi o episódio dos Estados Unidos, em 1956, obrigando a Inglaterra e a França a abortarem a tentativa de retomar o canal de Suez, nacionalizado por Nasser.

A criação de Israel é um evento cuja origem se situou fora da América, mas que teve e tem o apoio decisivo dos Estados Unidos para a sua realização. De certo modo, Israel se inscreve no processo da descolonização e, também, na pós-modernidade.

Uma das características do estilo pós-moderno consiste em abstrair o tempo, por exemplo, colocando lado a lado composições cujas linhas foram criadas em épocas históricas diferentes. Neste sentido, a criação de Israel como que restabelece o antigo modelo espacial da Judeidade, com sua dualidade estrutural de territorialidade exclusiva, Israel, e territorialidade sem soberania própria, a diáspora. Foi dito, no início deste trabalho, que a ocupação de Canaã foi um ajuste de uma população descendente de seminômades criadores de gado, ao Mundo de cidades/estado e impérios (o modo asiático de produção, de Marx). Do mesmo modo, o Estado de Israel resultou de um ajuste ao mundo dos movimentos de libertação nacional e da descolonização aceito pela ampla maioria da Judeidade, quando a era do

racionalismo foi capaz de produzir o Holocausto ou quando a utopia internacionalista da União Soviética foi desmistificada.

De certo modo, o enfraquecimento contemporâneo da instituição Estado, em muitas funções, enquanto cresce a instância cultural e a sua relação com a instituição Nação, é como retornar a antigos modelos. Contudo, a pós-modernidade não significa um recuo no tempo. É possível construir novos edifícios com velhos tijolos. A construção de Israel, enquanto é mantido o quadro diaspórico, é parte de uma profunda renovação, tanto da história judaica, quanto da história do Mundo.

Num certo sentido, as modernas tendências do Judaísmo foram estratégias de assimilação, incluído o Sionismo, ao reivindicar sua meta de ‘normalizar’ o povo judeu, isto é, fazê-lo dispor de uma base territorial e de um Estado, como outros povos (Sorj e Grin, 1993:10).

Ezrahi aborda a mesma questão, em outros termos: a despeito do fervor revolucionário do Sionismo inicial, e sua proclamação de descontinuidade em relação ao passado judaico, a força de sua reconexão com o antigo espaço original, parece como que realimentando um sentido mais amplo de teologia e fechamento... Já que Israel se torna a transformação de um sonho em realidade (is real, é real, em inglês), a manutenção do sonho, pela Judeidade, [a utopia universal], passa para a Diáspora.

Finalmente, um processo geral de mudança, ora em desenvolvimento pelo Mundo inteiro, que possui fortes raízes na experiência americana, expressa o desdobramento de um movimento de longa duração, iniciado com os descobrimentos. (Existe mesmo um grupo de historiadores, no âmbito da International Society for Comparative Studies of Civilizations, ISCSC, conhecido como “os quinhentistas”, que considera o marco do século XVI como o da raiz dos atuais movimentos mundiais). Vejam-se alguns aspectos e algumas expressões que descrevem essas mudanças.

O “encolhimento da Terra” é uma expressão associada ao progresso tecnológico, quando as comunicações de imagens passaram a se realizar em tempo real. Falou-se anteriormente da elevada mobilidade da população, particularmente nos Estados Unidos. O turismo de massa, em longas distâncias, é uma “invenção” da cultura consumista americana. Assim, “num Mundo onde cada um se torna um turista, ... na aldeia global, a figura estranha de Judeu, exilado, começa a mudar de significado” (Ezrahi, 2000:8).

O avanço tecnológico sustenta a maior facilidade de se viajar. Na atualidade, os migrantes e os seus descendentes mantêm ligações com os seus países de origem de forma mais frequente. Um brasileiro que vive em Nova Iorque pode assistir a um canal de tevê brasileiro em tempo real; acessar, pela Internet, os jornais daquele dia; voar para o Brasil de um dia para o outro. No continente americano, esses fatos passaram a se integrar num quadro que já era o de um espaço de encontro de culturas diversas. Deste modo, se criavam os alicerces do pluriculturalismo e das tendências de migrantes e seus descendentes procurarem manter mais de uma identidade nacional. No passado, apenas países europeus, para os quais a nacionalidade era fundada no sangue, ofereciam a cidadania para os descendentes de seus emigrados. Atualmente, a prática se difundiu, com certa aquiescência oficial pela identidade nacional dual. Em 1994, por exemplo, a Constituição brasileira recebeu uma emenda, pela qual brasileiros poderiam aceitar outra identidade nacional, sem perder a brasileira, em certas circunstâncias, como oportunidades de trabalho.

O que se vê é a multiplicação de diásporas, de diversos povos, e a formação das “novas tribos”. (Kotkin, 1992). Em Miami, moram atualmente cerca de 150.000 brasileiros, um deles pensando até em se candidatar a prefeito da cidade. Quando, em Nova Iorque, na rua 46 Oeste, Little Brazil, (ver o estudo de Margolis, 1994), vê-se turistas brasileiros preferindo comprar em lojas de brasileiros, com o “jeitinho” brasileiro (por exemplo, remédios, sem a receita médica), assiste-se a uma paisagem da nova cultura tribal.

A elevada densidade de viagens aéreas que se observa no presente compreende o movimento de executivos e funcionários das empresas transnacionais, de pessoal de tantas organizações públicas internacionais, de acadêmicos em programas de intercâmbio, etc. Todas essas relações são parte de um mundo em globalização, para cujo desenvolvimento foi indispensável o progresso tecnológico, particularmente nos transportes e nas comunicações. Manuel Castells nos fala da “cidade informacional”. Outros falam da “idade da migração” (Castells e Miller, 1998). Os novos comportamentos associados à elevada mobilidade inspiraram, também, o aparecimento de novas teorias, como a “teoria do trânsito”, com a sua proposição de uma “cultura de trânsito” (Gregory, 1994). Na atualidade, cerca de 100.000.000 de pessoas vivem fora de seu país de nascimento. Essa elevada mobilidade geral tende a enfraquecer o mote do “judeu errante”.

É verdade que entre os milhões de deslocados se encontram refugiados e exilados. Que é possível distinguir entre “cosmopolitas privilegiados”, pessoas que possuem a liberdade da mobilidade, com setores definidos por uma hiper mobilidade, e pessoas discriminadas, para as quais são levantadas barreiras a suas necessidades de locomoção (Mitchell, 2000). Este, porém, tornou-se um dos mais importantes temas do debate político do presente. Por outro lado, é de se notar que essas discriminações referem-se menos a judeus. O fato é que o mundo de diásporas se encontra em crescimento, fazendo diminuir o sentimento judeu de unicidade e exílio.

Todos esses desenvolvimentos conduzem à visão contemporânea de um mundo de “unidade na diversidade”. Esta visão se opõe, até certo ponto, à ideia modernista da homogeneidade, mas mantém as proposições da equidade. Para o filósofo checo Martin Matustik, a bandeira da Internacional foi demasiado abstrata, e acabou sendo utilizada por objetivos hegemônicos. Que o pluriculturalismo pode representar uma possível transição ao ideal internacionalista. Ele relaciona esse movimento à mobilidade geográfica contemporânea.

Este movimento de mobilidade e de criação de crises de identidade alimenta questões ideológicas e éticas, que cobrem temas de moralidade, autorrealização, autodeterminação, e de suas relações com questões de tradições e revolução (Matustik, 1993).

Todos estes desenvolvimentos contemporâneos não ocorrem de forma uniforme no Mundo.

São mais presentes nas chamadas “sociedades abertas”, do Centro. No entanto, mesmo nestas, existem contracorrentes e confrontações. As reações incluem os fundamentalismos clericais. De qualquer forma, neste mundo da globalização, no qual certas instâncias estatais estão sendo enfraquecidas, enquanto outras são reforçadas; no qual a cultura vai ocupando espaços crescentes, a Filosofia e a História tornando-se interesse de públicos crescentes, está se criando um quadro no qual a questão da identidade judaica está sendo reconstruída.

A assimilação completa pode ser reduzida quando as pessoas passam a se preocupar mais com a História, quando passam a compreender que não há essa pessoa com uma, única, identidade. As pessoas passaram a se abrir mais às propostas da preservação, que integram os movimentos ambientalistas e

podem transferir os ideais da biodiversidade para os da preservação das culturas.

É deste modo que os casamentos mistos se tornam, com mais frequência, avenidas de duas mãos, as famílias comemorando as festividades do Natal e mantendo a cerimônia do Pessach. Quando a proposição cabalística de substituir a pergunta “quem eu sou?”, pela de “qual eu sou?” vem sendo lembrada, o sentimento de exílio pode declinar, substituído pelo sentimento de ser, simultaneamente, cidadão de seu país de nascimento, e suporte de uma diáspora judaica e do Estado de Israel.

Referências bibliográficas

- BRAUDEL, F. 1972, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, Harper and Row.
- GASTEIS, Stephen, e MILLER, Mark, J., 1998, *The Age of Migration*, New York, London, Guilford Press.
- CESARI, Jocelyne, 2001, *A expansão do islamismo no Mundo*, Le Monde Diplomatique, abril.
- COULANGES, Fustel de, 2001, *A Cidade Antiga*, São Paulo, Editora Claret.
- DELEUZE, Gilles, 1998, *A Lógica do Sentido*, 4ª edição, São Paulo, Editora Perspectiva S. A.
- EZRAHI, Sidra de Koven, 2000, *Booking Passage*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.
- GEIGER, Pedro P, 1995, *América, América, Geografia e Meio Ambiente no Brasil: 21-45*, São Paulo, HUCITEC.
- GREGORY, Derek, 1994, *Geographical Imaginations*, Oxford, Blackwell.
- HOBBSBAWM, Eric, 2001, *O Novo Século*, São Paulo, Cia. das Letras.
- KOTKIN, Joel, 1992, *Tribes*, New York, Random House.
- MARGOLIS, Maxine, N, 1994, *Little Brazil, Imigrantes brasileiros em Nova Iorque*, Campinas, Papirus.

- MATUSTIK, Martin, 1993, *Postnational Identity, Critical Theory and Existential Philosophy in Habermas, Kierkegaard and Ravel*, New York, London, Guilford Press.
- MENDES, José Sacchetta Ramos, 2002, *Subsídio para a demografia judaica do Estado de São Paulo no século XX*, inédito.
- MITCHELL, Don, 2000, *Cultural Geography, A Critical Introduction*, Oxford, Blackwell.
- PHILO, Chris, 1994, *History, Geography and the Still Greater Mystery of Historical Geography, Human Geography, Society, Space and Social Science: 252-282*, Derek Gregory, Ron Martin and Graham Smith, editors, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- PIVETEAU, Jean Luc, 1993, *La Territorialité des Hebreux, L'affaire d'un petit peuple il y a longtemps ou un cas d'école pour le III millénaire? L'Espace Géographique, XXII (1): 26-34.*
- _____, 1995, *Le Territoire, est-il un lieu de mémoire ? L'Espace Géographique, XXIV (2):113-123.*
- SCOTT, Allen J., 1989, *Regions and the World Economy, the Coming Shape of Global Production, Competition and Political Order*, Oxford, Oxford University Press.
- SHESKIN, Ira M., 2001, *The Size and Spatial Distribution of American Jewish Communities*, 97th Annual Meeting, The Association of the American Geographers, New York, NY.
- SORJ, Bernardo e GRIN, Mônica, 1993, *Judaísmo e Modernidade, Metamorfoses na Tradição Messiânica*, Rio de Janeiro, Imago.
- VIDAL e SOUZA, Candice, 1997, *A pátria geográfica, sertão e litoral no pensamento social brasileiro*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás.